

 Lendo a Bíblia

Coleção **LENDO A BÍBLIA**

- *Lendo o livro de Joel*, Luiz Alexandre Solano Rossi e Natalino das Neves
- *Lendo o Evangelho segundo João*, Pedro Lima Vasconcellos

Luiz Alexandre Solano Rossi
Natalino das Neves

Lendo
O LIVRO DE JOEL
Profecia em defesa da vida



Direção editorial: *Claudio Avelino dos Santos*

Coordenação editorial: *Paulo Bazaglia*

Capa: *Anderson Daniel de Oliveira*

Imagem de capa: *Profeta Joel em placa de marfim do séc. VII (Síria ou Palestina), Museu do Louvre, França*

Editoração, impressão e acabamento: PAULUS

Os textos bíblicos são tirados da *Nova Bíblia Pastoral*, Paulus, 2014.



Seja um leitor preferencial **PAULUS**.

Cadastre-se e receba informações sobre nossos lançamentos e nossas promoções: **paulus.com.br/cadastro**

Teleendas: **(11) 3789-4000 / 0800 16 40 11**

1ª edição, 2018

© PAULUS – 2018

Rua Francisco Cruz, 229 · 04117-091 – São Paulo (Brasil)

Tel.: (11) 5087-3700 · Fax: (11) 5579-3627

paulus.com.br · editorial@paulus.com.br

ISBN 978-85-349-4644-5

INTRODUÇÃO

O tempo de Joel é de profunda crise. Seu livro tem somente quatro capítulos e crises intermináveis. Nem sempre nos lembramos desse livro da Sagrada Escritura. Às vezes só é lembrado por causa dos versos citados em Atos 2,17-21. No entanto, o livro de Joel se reveste de muita importância. Quem o conhece está mais preparado para viver e passar pela hora de crise.

Joel é um dos chamados profetas menores. Esse título não é dado porque eles são menos importantes do que os profetas maiores, mas sim porque escreveram textos mais resumidos, isto é, menores. Na série dos doze profetas o livro de Joel ocupa o segundo lugar, logo após o livro do profeta Oseias e antes do livro do profeta Amós. O livro não fornece informações adicionais sobre o autor, não comenta sobre personagens bíblicos conhecidos nem cita fatos históricos que permitam uma datação adequada da redação do livro. A posição do livro de Joel entre os doze profetas menores foi por longo tempo utilizada como argumento pelos defensores de uma redação mais antiga do livro de Joel, situando-o como contemporâneo de Oseias ou Amós (século VIII a.C.). Aliado a isso, o fato de não ser mencionada a figura do sumo sacerdote, que ocupava uma posição central no pós-exílio, bem como a qualidade poética do autor, que se equipara com os autores clássicos do período pré-exílico, também têm sido argumentos para defender uma data remota da redação do livro.

No entanto, a datação antiga do livro de Joel já é algo superado. Existem muitas informações curiosas no livro de Joel que justificam a datação mais recente. Num primeiro momento podemos destacar que em Joel nunca se menciona o rei; por outro lado, o texto faz referências aos sacerdotes (1,9.13-14)

e aos anciãos (1,2). Outro fato pitoresco é que em Joel não ouvimos falar dos tradicionais inimigos de Israel, isto é, os assírios e os babilônios. Em cena estão somente aqueles povos que mantiveram relação com Israel no chamado pós-exílio, em especial a referência aos gregos (4,6). Ainda devemos chamar a atenção para outro fato importante: quando no texto de Joel se fala em Israel, ele é identificado com Judá e não mais com as tribos do Norte. O interesse do profeta não está voltado para o Norte (4,1-2), mas exclusivamente para os habitantes de Judá e de Jerusalém (4,1.6.19). É interessante observar que Joel parece demonstrar relativo conhecimento da vida religiosa praticada em Jerusalém. Possivelmente tenha exercido sua vocação profética na cidade de Jerusalém e, se assim o for, é aos habitantes dessa cidade que ele se dirige (2.23). Não podemos ampliar o público focado pelas palavras de Joel. Ele, certamente, não fala para todas as pessoas. É a cidade de Jerusalém que se encontra em perigo (2,9).

Percebe-se logo que a mensagem do profeta é muito bem direcionada a uma cidade cuja população pratica uma religião desconectada da vida. Não é a primeira vez que Jerusalém se encontra na ordem do dia relativamente à palavra profética. Muitos anos antes de Joel, Isaías (1,21-23) fez um retrato paradigmático às avessas de como a cidade de Jerusalém se afastou do projeto de Javé: “Como se transformou em prostituta a cidade fiel. Antes era cheia de direito, e nela morava a justiça; agora está cheia de criminosos! Sua prata se tornou escória, seu vinho ficou aguado. Seus chefes são bandidos, cúmplices de ladrões: todos eles gostam de suborno, correm atrás de presentes. Não fazem justiça ao órfão, e a causa da viúva nem chega até eles”. É importante saber que Joel é um profeta a favor do templo, e sua proposta diante da celebração errada que se fazia não era a extinção do templo e do culto, mas uma celebração correta. Os textos de Joel nos levam a essa conclusão ao mostrar Javé habitando em Jerusalém, no monte Sião, o local do templo de Salomão e de Zorobabel. No entanto, para continuar existindo será necessário conversão e arrependimento!

Todavia, um dos argumentos mais convincentes para a autoria mais recente é a característica literária de Joel, em especial

os últimos capítulos, que contêm descrições escatológicas e apocalípticas.

Pode-se verificar com certa facilidade a abundância em Joel de passagens paralelas aos livros proféticos e a outros livros do Antigo Testamento. A facilidade, todavia, acaba nessa constatação, quando uma dificuldade entra em cena. Não há acordo entre os estudiosos quanto a determinar em que sentido aconteceu esse relacionamento, ou seja, se é Joel que depende dos demais, ou se são os outros profetas que citam Joel. A tendência, atualmente, é para a dependência literária do profeta em relação aos que o antecederam. E visto que, entre os profetas citados, aparece também Malaquias (2,11; 3,4; 3,2.23), pode-se pensar que Joel tenha escrito o seu livro depois dele.

Portanto, estamos no pós-exílio, no início do século IV a.C., e isso já nos leva a perceber contornos especiais e específicos para Judá nessa época. É fundamental estar atentos a essas características. Mas quais são elas?

- a) Judá não é mais um reino independente.
- b) Depois da queda do reino de Israel, a Samaria foi transformada em província assíria. Os reis neobabilônicos não mudaram essa posição. Judá, por sua vez, não recebeu um *status* especial, tal como uma província.
- c) Jerusalém fazia parte da província da Samaria e era dependente administrativamente da satrapia da Transufratênia.
- d) O povo de Deus se descobre como uma pequena etnia perdida nas imensidões de um império multirracial.
- e) É obrigado a se submeter a um rei estrangeiro que ditará normas e leis.
- f) Paga tributo e convive com um exército de ocupação.
- g) Não controla nem decide mais o seu destino.
- h) Não tem esperança de independência política num futuro imediato.
- i) A relação entre as aldeias (que eram as unidades produtivas de Israel) e o império persa se realizava de duplo modo: 1) o governador persa, sediado em

Samaria, extraía tributos das aldeias; 2) mantinha o consenso social por meio do sacerdócio de Jerusalém, provindo do exílio babilônico e comprometido, pela sua posição, com o próprio império persa.

Província. Essa palavra já apareceu algumas vezes. É preciso, portanto, esclarecer e enriquecer com mais alguns detalhes esse tema. A província era em si mesma pequena. Dificilmente compreendia mais do que 2.500 a 3.000 quilômetros quadrados. A província era ainda dividida em nove distritos sob o comando de um oficial (Ne 3,14). O distrito, por sua vez, era subdividido em meios distritos comandados por um oficial administrativo. Esse sistema administrativo eliminava a importância dos antigos clãs e famílias como unidades locais. Os limites da província ao norte provavelmente compreendiam a linha entre Masfa e Gabaon até o rio Jordão acima de Jericó. No sul, os limites percorriam a linha entre Betsur e Hebron. A capital era ainda uma grande cidade, mas não estava densa e suficientemente povoada para oferecer segurança contra os ataques dos povos vizinhos. A população de Jerusalém nesse tempo pode ser calculada em cerca de 10.000 habitantes.

Não é um período fácil para o povo de Deus. Na verdade, é uma nova etapa que está se iniciando. É isso mesmo: o retorno dos exilados marca uma nova etapa na história – o tempo depois do exílio. Esse chamado “pós-exílio” se estende da volta dos exilados (538 a.C.) até o nascimento de Jesus Cristo.

Uma época de transformações intensas. Afinal, o império persa, apesar de se apresentar com atitudes que aparentemente respeitavam o sentimento religioso do povo, tinha seus próprios interesses a defender. Nenhum império é benévolo por vocação. Ao contrário, o sentimento que subjaz a um império é o da conquista e do poder. No caso do império persa não é diferente. Podemos encontrar algumas marcas vitais do império persa, tais como: a) comércio intenso e lucrativo; b) grandes propriedades rurais; c) trabalho escravo (o modo de produção está em franco processo de mudança, o tributarismo vai cedendo lugar ao escravismo, que é uma forma mais dura e organizada de exploração dos povos oprimidos).

Divisão do livro

Primeira parte

Apelo do povo depois das invasões de gafanhotos e nações inimigas (1,1-2,17)

- 1,1: Título
- 1,2-12: Invasão de gafanhotos
- 1,13-19: Apelo à penitência
- 2,1-11: Invasão de nações inimigas
- 2,12-17: Apelo à penitência

Segunda parte

Javé responde ao povo (2,18-4,21)

- 2,18-27: Prosperidade agrícola
- 3,1-5: Efusão do espírito
- 4,1-17: Julgamento contra as nações inimigas
- 4,18-21: Restauração de Judá

Contexto socioeconômico e político

Partindo do pressuposto de uma autoria mais recente para o livro de Joel (como proposto aqui para o começo do século IV), faz-se necessário conhecermos um pouco sobre o império persa, povo estrangeiro que dominava o povo de Judá e uma vasta extensão do mundo conhecido nos séculos VI a IV a.C.

No período que sucedeu ao exílio babilônico, os sistemas de arrecadação tornam-se obsoletos, em face da nova “ordem mundial”. Não há mais templo: seu papel de principal instrumento arrecadador de tributos havia chegado ao fim. Contudo, se o templo perdera sua função arrecadadora, a cobrança de tributo ainda continuava sendo um expediente de expropriação dos pobres.

Neste período o povo judeu foi subjugado pelos persas que, com uma aparente liberdade religiosa dada aos povos conquistados, buscavam o interesse do projeto político e econômico do imperador. Eles colocavam pessoas na liderança, como Zorobabel, Esdras, Neemias, entre outros, mas não perdiam o controle sobre eles e sobre o modo como cumpriam suas

determinações. Para ajudar a compreender como os judeus estavam submetidos neste período, é interessante conhecer um pouco mais sobre esse povo.

Os persas, povo de origem indo-europeia, por volta do século VI a.C. eram vassalos dos medos, outro grupo indo-europeu. Em aproximadamente 550 a.C., sob o comando de Ciro, os persas se rebelaram com sucesso contra os medos, o que iniciará uma onda de conquistas, inclusive da Babilônia. Ciro, rei persa, entra triunfante na cidade da Babilônia. Lá encontra, entre tantos povos, uma comunidade que descendia de cativos trazidos de Jerusalém por Nabucodonosor. Logo em seu primeiro ano de governo na Babilônia, Ciro resolve atender a um pedido da comunidade de exilados e promulga um edito, devolvendo ao povo de Judá os utensílios do Templo de Jerusalém. Esse edito pode ser encontrado em Esd 1,2-4:

Ciro, rei da Pérsia, decreta: Javé, o Deus do céu, entregou-me todos os reinos do mundo. Ele me encarregou de construir para ele um Templo em Jerusalém, nas terras de Judá. Quem de vocês provém do povo dele? Que o seu Deus esteja com ele. Volte para Jerusalém, na terra de Judá, para reconstruir o Templo de Javé, o Deus de Israel. Ele é o Deus que reside em Jerusalém. Todos os sobreviventes, de todo lugar para onde tiverem imigrado, receberão da população local prata e ouro, bens e animais, além de ofertas espontâneas para o Templo de Deus, que está em Jerusalém.

Possivelmente o documento tenha sido preservado em sua forma autêntica, e sua importância reside justamente no fato de autorizar a reconstrução do Templo de Jerusalém, pedindo às autoridades locais, os governadores da província de Samaria, que oferecessem ajuda material para tal empreitada (Esd 6,3-5; 1Cr 36,22-23). A atitude de Ciro é vista pelos judeus como uma interferência divina nas circunstâncias em que o povo estava submetido. Um messias, servo de Javé, um instrumento manipulado por Deus para defender o povo que estava sendo subjugado e explorado pelo império babilônico. Engano do povo. Não demora muito para os judeus perceberem que o

gesto do líder persa tinha outros interesses por detrás de sua “ação libertadora”, conforme acabamos de ver. O tempo de Joel é o tempo do pós-exílio. É tempo de domínio imperialista. É tempo de precariedade. É tempo de crise.

No reinado de Dario (522-485 a.C.), foram efetuadas várias reformas administrativas, com a divisão do império em regiões denominadas satrapias, conduzidas pelos sátrapas. As satrapias tinham certa autonomia, mas eram severamente fiscalizadas pelos comandantes militares persas, que fixavam a quantia de impostos de acordo com a região e supervisionavam o seu pagamento, bem como possíveis rebeliões. Os comandantes militares, que compunham um grupo significativo de inspetores itinerantes, respondiam diretamente ao soberano persa.

Durante o império persa, a exploração dos camponeses era dupla: dos próprios governantes persas (externa) e dos líderes religiosos judaicos (interna). O império persa tinha uma política de tolerância em relação à religião e às tradições culturais dos povos conquistados. No entanto, de forma inovadora para a época, os líderes religiosos eram obrigados a pagar taxas, que eram cobradas de suas comunidades subordinadas. O que demonstra que tal prática não significava respeito pelas crenças dos povos dominados, mas sim uma forma de fortalecer o império e os interesses próprios dos governantes persas.

Por outro lado, a Síria-Palestina era marcada por uma economia baseada na vila, onde os camponeses extraíam os suprimentos agrícolas para sustentar o modo de vida da elite urbana e para manter a infraestrutura persa. Outra inovação dos persas foi o estabelecimento do valor de tributo em ouro e moedas, diferente dos impérios dominadores anteriores, que aceitavam uma parte dos produtos da agricultura e rebanhos como forma de pagamento. Emerge, nesse período, a cunhagem da moeda e sua acentuada utilização na economia.

Durante o domínio do império persa, Judá foi um dos territórios mais pobres e com menor população entre os povos conquistados. Judá estava na categoria da satrapia “além do rio” e, por isso, obrigada a pagar tributo, além de fornecer ao império taxas fixas de cereais, animais, armas, recursos humanos e

alimentação para tropas do exército persa. O povo tinha certa liberdade religiosa, mas era subjugado com pesados tributos e taxas para manter o poder central do império persa.

O modo de produção tributário caracterizava a forma de organização social dos persas. O modo de produção é uma representação simplificada das diversas formas de organização social, um instrumento de análise e interpretação de uma determinada realidade social. Trata-se de uma forma de organizar a produção da vida material que molda a organização social, política e jurídica, sustentada por uma ideologia que justifica o *status quo*. Consiste no conjunto de atividades econômicas predominante em determinada época. Por isso, para identificar o modo de produção é necessário identificar três elementos da base econômica: a) a mão de obra; b) os meios de produção; c) quem se apropria do produto gerado. Toda a organização social, política e ideológica de determinada sociedade depende destes três fatores e de sua articulação.

No mundo bíblico podem ser identificados três modos de produção: a) o tribal; b) o tributarista; c) o escravista. O quadro abaixo resume os três modos de produção:

TRIBAL	TRIBUTARISTA	ESCRAVISTA
Economia de partilha	Baseado em impostos e tributos	Economia que reduz tudo a mercadoria
Troca de serviços	Economia dominada pelos reis, dignitários da corte, chefes do exército, sacerdotes chefes do templo, grandes comerciantes e proprietários de terra	Surgimento da classe de homens livres que não trabalham e têm a subsistência garantida
Não há comercialização de produtos	Exercício da política e da economia a partir da cidade, com apoio do exército e do templo	Mão de obra permanente de escravos
Valorização do coletivo	Maneiras de pagamento de impostos: produtos, moeda ou dias de trabalhos forçados	Terra como propriedade privada
Terra como um bem comum	Excedente da produção pertence à minoria dominante	Excedente de produção pertence aos proprietários de terra
Apropriação do produto em base igualitária	Divisão de grupos sociais (exploradores e explorados)	Economia mercantil suficientemente desenvolvida, inclusive de escravos
Intercâmbios comerciais quase inexistentes		Intercâmbios comerciais com outras regiões (excedente)
Sem estrutura de classe		O valor do escravo tem como base o corpo e a capacidade de produção
Excedentes de produção são revertidos em favor do povo		
Terra, pastagens e rebanhos são propriedades do clã ou da tribo		
Condição para uso dos meios de produção: pertença à comunidade.		

A segunda exploração que a comunidade judaica sofria se dava por meio dos ricos comerciantes ligados às famílias dos chefes dos sacerdotes, que controlavam o Templo e eram responsáveis por arrecadar os impostos, estipulados em ouro, e que deviam ser pagos em moeda. Os camponeses eram obrigados a utilizar esse sistema de câmbio para transformar seus produtos em moeda para pagamento dos impostos. A tolerância religiosa e cultural dos persas favorecia a aproximação e a cumplicidade dos líderes e religiosos das nações subjogadas, cúmplices da exploração que levou um significativo número de pessoas da população à pobreza, miséria e escravidão.

Fica evidente que os líderes religiosos da comunidade tinham interesse no sucesso do sistema, pois nesse período o Templo passou a ser o centro econômico, político e religioso do país, fazendo dos seus controladores homens cada vez mais poderosos. Além dos tributos repassados ao império persa, ainda retinham uma parte para o próprio Templo, onerando ainda mais os camponeses e o povo em geral.

O império persa sugava a vida do povo, e tudo era feito com a anuência dos líderes religiosos judeus, que participavam do sistema e podem ser vistos como cúmplices e executores dessa política de morte. Os sumos sacerdotes e seus familiares, com o controle do Templo, tornavam-se cada vez mais poderosos e dominadores. Eram os executores das diretrizes ditadas pelo império persa, mantendo no próprio Templo uma parte dos produtos arrecadados e vendendo a outra parte para pagar tributo aos persas.

Ne 5,1-19 descreve a situação de miséria desse período, que resultou em um protesto generalizado dos pobres e miseráveis, principalmente das mulheres. O principal problema dos camponeses era o tipo de relação comercial com o rico, que emprestava dinheiro ao pobre com juros exorbitantes, levando-o à situação de miserabilidade e fome. O sistema tributário persa, na realidade, teve a função de acentuar mais ainda uma situação de exploração que já existia na relação de classe da sociedade judaica. Aquele que era conhecido como povo de Deus exercia, na prática, a dominação e a exploração dos menos favorecidos. Em especial, o camponês era quem enfrentava a

maior dificuldade, pois, independente da dificuldade, era ele o maior penalizado. Uma grave crise social surge em Judá, onde os pequenos camponeses estavam perdendo suas casas e se aprofundando em endividamentos a ponto de perderem seus próprios filhos, que estavam sendo sujeitados à escravidão e opressão.

Dentro do grupo de camponeses, surge em Ne 5,1-2 outro subgrupo ainda mais oprimido e indignado, o subgrupo das mulheres: “O povo pobre, sobretudo as mulheres, começou a protestar fortemente contra seus irmãos judeus. Uns diziam: fomos obrigados a vender nossos filhos e filhas para comprar trigo, e assim não morrer de fome” (Ne 5,1-2). A menção das mulheres nestes versículos não é por acaso. Na realidade, na obra de Esdras e Neemias, por mais que ela seja reconhecida pelos textos bíblicos como uma excelente obra, as mulheres não tinham voz nem espaço. Mas elas não se acomodam a esta situação e mostram sua voz, indignadas com sua situação de penúria e sofrimento. Durante a construção do muro de Jerusalém, os homens foram convocados para o trabalho e as mulheres ficaram sozinhas conduzindo as atividades na terra em estado de miséria. Além de não terem alimento suficiente, seus filhos e filhas estavam sendo penhorados pelas dívidas e transformados em escravos e escravas. As filhas estavam em situação pior, pois eram exploradas sexualmente pelos seus senhores. A exploração sexual é, certamente, um dos temas abordados por Joel.

Dessa forma, fica bem evidente a situação de pobreza, doença e opressão que sofriam os camponeses judeus neste período, vítimas de um sistema imperial estrangeiro que gozava da cumplicidade dos líderes religiosos do próprio povo.